

# General Joaquim de Salles Torres Homem: uma síntese biográfica

Manoel Soriano Neto\*

*Discurso de posse na Cadeira nº 55, cujo patrono é o General Joaquim de Salles Torres Homem, em 19 de outubro de 1999, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro, Rio de Janeiro-RJ.*

**A**o assomar a esta tribuna, tomando posse como sócio-efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, desejo, de início, agradecer, profundamente penhorado, a todos que integram este fraternal cenáculo, pela honraria de suas presenças nesta secular Casa Histórica de Deodoro.

Desejo, de forma toda especial, agradecer ao Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, expressão superlativa de intelectual, escritor, historiador e, principalmente, de notável pensador militar, Presidente deste sodalício, pela paciência e consideração com a minha pessoa, que tanto adiou esta posse.

Antes de qualquer consideração, também o meu preito de reconhecimento e gratidão a esta singular personalidade de historiador, emérito e fecundo escritor militar, General Umberto Peregrino Seabra Fagundes, que, mercê de sua magnanimidade, me indicou para este Instituto, no qual fui aceito, no ano de 1990.

Ao General Umberto Peregrino agradeço pois, desvanecido e por demais sensibilizado.

Neste importante momento de minha existência, exsurge do fundo de minha alma um sentimento de alegria e de justo orgulho, até porque o meu tetraçô por linha paterna, Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho, do qual herdei a venerável espada, é um dos Patronos desta tradicional Instituição. Jerônimo Coelho, Conselheiro do Império, Ministro da Guerra e da Marinha, Presidente de Províncias, o “Ministro Perfeito”, no dizer de Pedro Calmon, foi recentemente homenageado pelo Exército Brasileiro, que emprestou o seu augusto nome ao 3º Batalhão de Polícia do Exército, de Porto Alegre – RS, que ostenta, com ufania, a denominação histórica de Batalhão Brigadeiro Jerônimo Coelho.

Soldado por vocação, desde a adolescência incorporei à minha personalidade as características básicas do militar, o qual, ao comunicar-se, procura, como diz o nosso já consagrado bordão, ser claro, preciso e conciso.

Assim, sem facúndia, tentarei desincumbir-me da honrosa tarefa de proceder a

\* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Sócio efetivo do IGHMB.

uma saudação ao Patrono da Cadeira que passarei a ocupar nesta Casa, General Joaquim de Salles Torres Homem.

A tarefa não é fácil, tal a projeção intelectual do Patrono, tal a sua cultura poliédrica, tal o seu amor à História Militar e ao Exército.

E a minha responsabilidade aumenta, eis que a Cadeira nº 51, cujo patronato pertence ao General Torres Homem, já foi ocupada por eminentíssimas personalidades, de nós já apartadas pelo destino, como o General José Meira de Vasconcelos, o Coronel Walter dos Santos Meyer e o General Heitor Borges Fortes.

O primeiro deles, o General José Meira de Vasconcelos, deixou extraordinário acervo de realizações, quer como excepcional instrutor da Escola Militar do Realengo, como escritor, ou Comandante da 8ª Região Militar, ocasião em que alertava o Governo, de forma veemente e patriótica, para os magnos problemas da hoje tão cobiçada, internacionalmente, Amazônia brasileira. Também na presidência do Clube Militar, tendo sido o primeiro presidente a ser reeleito, sua atuação foi primorosa, destacando-se a construção do majestoso edifício-sede da agremiação, na Avenida Rio Branco, aqui no Rio de Janeiro.

O Coronel Walter dos Santos Meyer, inesquecível presidente da Bibliex, deixou bem marcada a sua passagem por aquela organização militar, principalmente pela instituição de ciclos de conferências, em parceria com este Instituto e o Clube Militar. O mais expressivo de tudo, no dizer do General Umberto Peregrino em sua *História da Biblioteca do Exército*, é que o Coronel Meyer adotou, em 1961, a prática de ofertar prêmios, em livros, aos cadetes da AMAN

colocados em primeiro lugar nas disciplinas de História e Geografia.

O General Heitor Borges Fortes, herói de nossa Força Expedicionária Brasileira, distinguiu-se como emérito instrutor de importantes estabelecimentos de ensino militar, transmitindo aos alunos, de forma altamente didática, atualizados conhecimentos militares, em especial os atinentes à Arma de Artilharia.

O General Borges Fortes nos legou obras literárias do mais elevado quilate; entre elas, *Velhos Regimentos* – que recebeu, em 1964, o prêmio Tasso Fragoso –, *Artilharia Divisionária da 1ª DIE na Campanha da Itália* e *Efemérides da Artilharia*.

Eis, em incompleto epítome, algo acerca das relevantíssimas obras daqueles que me antecederam na Cadeira, cujo Patrono é o General Joaquim de Salles Torres Homem.

Rendo a esses insignes Soldados a minha singela homenagem, nessa brevíssima evocação do tanto que fizeram em prol do Exército e do Brasil.

Em particular, agradeço a meu caro amigo, Coronel Sérgio Paulo Muniz Costa, este modelar oficial, que se dignou proferir a saudação de praxe a seu velho companheiro de outras jornadas.

Há mais de quinze anos conheço o Coronel Muniz Costa e tivemos a felicidade de ser instrutores da Academia Militar das Agulhas Negras, quando passei a admirar o mosaico de belas virtudes que ornaram a bem formada personalidade desse oficial.

Mercê de sua sólida e invulgar cultura geral e profissional, de sua aguda inteligência, de seu talento diamantino, de seu acendrado amor à História e às coisas da Força Terrestre, o Coronel Muniz Costa alçou-se, por seus próprios e elevadíssimos méritos, à proeminente condição de histo-

riador e pensador militar, tendo escrito, ainda como major, o livro *Os Pilares da Discórdia: fundamentos de uma incerteza*, de cunho histórico, polemológico e sociológico, ao qual assim se referiu o acadêmico, diplomata e economista Roberto Campos: “É estimulante ver um jovem autor de formação militar mover-se com desembaraço no cenário do mundo despolarizado, em rápida transformação tecnológica, social e política.”

O Coronel Muniz Costa é uma radiosa esperança da continuidade dos trabalhos histórico-culturais de nossa eterna Instituição.

Agradeço ao caríssimo amigo pelas bondosas palavras sobre minha pessoa.

Mas, passemos ao cumprimento da parte mais importante da missão, que é a de abordar aspectos da existência de nosso Patrono, em especial os ligados aos problemas militares e do Brasil.

Preliminarmente, façamos uma visada-a-ré lembrando de Cícero, que prelecionava ser a História a mestra da vida, pois ela é a senhora dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da antigüidade.

E para que o vetusto conceito de Cícero seja veraz, urge que a História seja austera, exigindo a neutralidade do historiador quando este emite juízos, sendo certo que na busca da verdade História e Filosofia devem marchar juntas, como nos ensina Benedetto Croce.

E a História, para que seja de utilidade ao homem e tenha sempre por escopo a verdade e a justiça, deve assentar-se em duas condicionantes: o seu registro e a sua veracidade; sem verdade, ela se desvirtua, e, sem registros, ela se perde, além de também ser passível de deformação.

O campo da História é vastíssimo, porém existe apenas uma História Geral, na qual estão embutidas um sem número de histórias particulares, que não são autônomas, como é do entendimento da maioria dos historiadores.

E a História Universal começou com a História Militar. Considerando-se a nossa origem cultural greco-romana, veremos que Heródoto, cognominado por Cícero de “o Pai da História”, notabilizou-se pela descrição das guerras greco-persas; Tucídides, tido como o pioneiro da História Militar, avultou de importância com a sua *História da Guerra do Peloponeso*; Júlio César deixou à posteridade os seus preciosos comentários sobre a guerra das Gálias, em *De Bello Gallico*; poderíamos ainda citar, de olho tão-somente na Antigüidade Clássica, Xenofonte, Políbio, Plutarco e Tito Lívio.

Desejamos, com esses prolegômenos, assinalar a superior importância da História Militar, em especial nessa fase difícil da nacionalidade, de hiperbólica deturpação de fatos históricos, principalmente sob um viés ideológico marxista-leninista, de desrespeito ao nosso glorioso passado, às nossas tradições, à nossa identidade de nação mestiça e de origem basicamente lusitana.

E, essencialmente, destacar a importância de nossos historiadores militares, daqueles que, em particular, sempre zelaram e zelam pela memória das Forças Armadas Brasileiras, como o fez, de forma exponencial, o inolvidável General Torres Homem.

Eis por que, em meu entendimento, o impoluto nome de Joaquim de Salles Torres Homem figura, com justiça, entre os Patronos deste Instituto, onde brilham, rutilantemente, as estrelas dos mais assinalados geógrafos e historiadores militares do

Brasil. O Patrono da Cadeira que ora assumo foi um Soldado, no grande sentido da palavra, constantemente volvido para as coisas da caserna, para os problemas castrenses de sua época e do porvir. O seu interesse pela História Militar foi inexcedível, como constataremos quando da análise de sua ampla produção literária.

Torres Homem nasceu no Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1851 e aos 17 anos, em 1868, sentou praça, dando início a uma notável carreira militar em que ultrapassa, com brilhantismo ímpar, todos os postos da hierarquia, desde alferes, em 1872, atingindo o generalato em 7 de dezembro de 1912. Oficial da Arma de Artilharia, com o curso de Estado-Maior, sendo também engenheiro geógrafo, viveu com intensidade a fase imediatamente posterior à Guerra do Paraguai, quando proliferavam as idéias positivistas de Augusto Comte, principalmente na Escola Militar da Praia Vermelha, onde Benjamim Constant pregava, aberta e iterativamente, aquelas idéias, tão perniciosas à profissão das armas, por pacifistas e cosmopolitistas.

Tudo leva a crer que Torres Homem foi, de início, adepto do positivismo, tendo, posteriormente, como Tasso Fragoso, o abjurado. A esse respeito, disse o General Paula Cidade, em *Síntese de Três Séculos de Literatura Brasileira*: “Pelo que se sabe da formação mental do autor dos *Anais*, deve ele ter sido em sua mocidade um enamorado das idéias que predominaram na Escola Militar. Basta ver que deu a um de seus filhos o nome do filósofo Montpellier. No entanto, essa obra (*Os Anais...*) faz-nos compreender as lutas surdas em que seu coração se envolvia, nas quais terminou vencendo o espírito que sempre animou nossas tradições militares.”

Desafortunadamente, existem poucos registros acerca da personalidade e vida privada de nosso Patrono. Ele foi casado com a Sra. Laura Luciana Torres Homem, já falecida, e o casal teve cinco filhos. Vale a pena outra vez recorrermos ao depoimento que nos confere grande credibilidade, do eminente historiador militar General Francisco de Paula Cidade: “Torres Homem era alto, magro, carrancudo, no uniforme daqueles tempos; ao vê-lo sair do Quartel-General do Exército, em Porto Alegre, lá se ia, olhar baixo, como que indiferente ao que se passava em torno dele...”

Passemos, e é o que mais nos interessa, a conhecer o legado histórico-cultural de nosso homenageado, no resgate dos tantos e tamanhos serviços por ele prestados ao Exército brasileiro e ao Brasil.

Assinalemos, inicialmente, parte da bibliografia gutemberguiana do General Torres Homem. Ele nos deixou, entre outras, as seguintes obras, desde o seu tempo de major, em 1889:

*Elementos de História Social; Manual de Filosofia Escolar*, ambos de 1889; *Marechal Costallat; Apontamento sobre o Serviço do Estado-Maior; Considerações sobre Organização Militar; Serviço do Exército Brasileiro em Campanha*, todos de 1904; *Estratégia e Tática no Século XX; Exército Nacional – Manobras em Santa Cruz; O Generalato e o Serviço de Estado-Maior; Reflexões sobre a Reorganização das Escolas Militares*, escritos em 1905; *Organização Militar na América do Sul; Preparação para a Guerra; Manobras Militares em 1906; Exércitos Sul-Americanos*, escritos no ano de 1906; *Estudos sobre a Organização do Quadro do Estado-Maior do Exército; A Reorganização Militar no Brasil; Expedição Militar ao Território do*

*Acre*, escritos em 1907; *Informações Militares*; *Projeto de Regulamento da Repartição e do Serviço do Estado-Maior do Exército*, escritos no ano de 1908; *Anais das Guerras do Brasil com os Estados do Prata e Paraguai*, de 1911.

A obra da lavra de nosso Patrono, como vimos, é assaz vasta e toda voltada para os problemas do Exército, das Forças Armadas e do Brasil. Para comentá-la, ao menos em parte, mister se faz que “limitemos a frente”, como diz o conhecido jargão militar.

Assim, sem obediência à ordem cronológica em que foram escritos, traçaremos algumas considerações julgadas de realce acerca de alguns trabalhos do General Torres Homem, onde ficam sobejamente evidenciados a sua aguda visão prospectiva, a sua competência profissional e o seu extremado amor ao Exército e ao Brasil.

Em *Preparação para a Guerra*, livro escrito em 1906, ele alerta para a necessidade da reorganização do Exército, indicando as bases para tal mudança, que seriam: modificações nos regulamentos das escolas militares, então muito teórico-bacharelescos, aumento do efetivo do Exército, intensificação da instrução da tropa, o serviço militar obrigatório e a organização de uma reserva para a Força Terrestre.

Em suas obras *Exército Nacional – Manobras em Santa Cruz e Organização Militar na América do Sul*, Torres Homem dá especial ênfase à operacionalidade dos Exércitos, tão necessária à obtenção da vitória. O autor verbera o marasmo e a falta de motivação de nossos militares antes da providencial Reforma Hermes, salientando que as manobras de Santa Cruz, em 1906, dão início à reversão daquele estado de coisas, de pouco espírito militar, predominante na tropa.

A esse respeito, disse, axiomáticamente, o nosso Patrono: “Nem sequer a confiança em vitórias nos campos de batalha pode justificar, no pósterio dia, a indiferença pelas coisas da guerra.”

No ano de 1907, como corolário de uma série de pesquisas a respeito do assunto, o Coronel Torres Homem escreveu *Estudos sobre a Organização do Quadro do Estado-Maior*, em que pugna pela modificação de processos em voga no incipiente Estado-Maior do Exército. Assim, com vistas à organização do Estado-Maior em moldes mais adiantados, ele insiste na necessidade do estudo e especial preparação dos Oficiais do Quadro, os quais deveriam ampliar os seus conhecimentos, mormente os relativos aos problemas mundiais, para que, com a eficiência necessária, fossem elementos de previsão da Força.

Em *Expedição Militar ao Território do Acre*, o Coronel Torres Homem, que lá esteve de 21 de abril a 3 de maio de 1903, em missão de ocupação do território antes da assinatura do Tratado de Petrópolis, traça uma verdadeira radiografia da Amazônia. Os principais problemas da região são analisados com percuciência, e tal como o faria, anos após, o General Meira de Vasconcelos, o autor alerta as autoridades para a ocupação e nacionalização da imensa área amazônica, que, desde sempre, nunca é demais repetir, foi alvo da cobiça alienígena, como alertou recentemente, no Congresso Nacional, o Comandante Militar da Amazônia.

A propósito, convém recordar a este colendo plenário que nossa Amazônia, em sua biodiversidade, contém o maior banco genético do mundo, lá também se encontrando, para não se falar de seu incomensurável potencial potamográfico, a maior província mineral do planeta, onde ocorrem,

entre outras, abundantes jazidas de ouro e cassiterita, e de minerais estratégicos de terceira geração, como a platina, o urânio, o titânio, o nióbio etc.

Impende ainda lembrar que, em 1991, o presidente da França, François Mitterrand sustentou a tese do chamado dever de ingerência (*devoir d'ingérence*) da comunidade mundial na proteção ao meio-ambiente, sugerindo uma autoridade supranacional para se responsabilizar pela dita proteção. Acrescente-se que, hoje, inúmeras Organizações Não Governamentais volvidas para a ecologia, apoiadas por ponderáveis segmentos religiosos, vêm brandindo argumentos para a aplicação do dever ou direito de ingerência na Amazônia, considerada por elas o pulmão do mundo e patrimônio comum da humanidade, com vistas a internacionalizá-la. Diga-se que, atualmente, há sérios indícios da existência de bases aéreas arrendadas e utilizadas por norte-americanos, em países vizinhos do chamado arco amazônico, como nos dá conta a imprensa escrita, através de numerosas matérias publicadas acerca do assunto, deveras grave para nós, brasileiros.

Em *Anais das Guerras do Brasil com os Estados do Prata e Paraguai*, o autor da preciosa obra mergulha profundamente em nossa História Militar. Nela, são descritas em detalhes as campanhas e os seus memoráveis fastos, de que o Brasil foi partícipe, no século passado. Bastante originais e elucidativas são as descrições e análises das batalhas do Passo do Rosário e de Monte Caseros.

Em *Reflexões sobre a Reorganização das Escolas Militares*, nosso Patrono traça, em seu próprio dizer, “breves reflexões sobre o plano de reorganização de nossas escolas”.

O trabalho foi escrito em 1905, época em que era prevalente, em especial na Escola

Superior de Guerra – escola de formação de oficiais –, a dita mentalidade teórico-bacharelesca, calcada nas idéias de Augusto Comte. Aquela inaceitável situação ensejou a providencial Reforma Hermes, uma oportuna reação ao positivismo, o qual, no dizer de nosso sócio fundador e benemérito, General Severino Sombra, “apaisanou o Exército”.

O então Coronel Torres Homem demonstra quão pernicioso foi o chamado Regulamento Benjamim Constant para a formação da juventude militar daqueles tempos, máxime devido ao caráter ilógico do dito Regulamento.

Dizia o autor: “O que acentua mais a referida anomalia, quanto à contrafação do positivismo, é que nem sequer o verdadeiro ensinamento de Comte foi seguido. Ele recomendava a substituição dos exércitos pela gendarmeria militar, restauração de uma velha instituição da monarquia francesa; e, no Brasil, prescreve-se por exceção a manutenção, pelo Estado, de uma escola superior de guerra...”

Era a “mistificação profissional”, como afirmava o General Tito de Escobar.

Eis porque podemos considerar Torres Homem um dos precursores das mudanças no ensino militar de sua época, motivadas, inclusive, pelo “quase fiasco de Canudos”, para usarmos uma expressão do Marechal Castello Branco, ocasião em que fez falta a instrução prática, quase inexistente em nossos estabelecimentos de ensino quando da exacerbação da ideologia positivista, que, no meio militar, tinha no Tenente-Coronel Benjamim Constant o seu expoente máximo.

Em 1907, o Coronel Torres Homem elabora, em nosso entendimento, o seu mais abrangente e profundo trabalho, a que deu o título de *A Reorganização Militar no Brasil*,

no qual envereda por temas assaz polêmicos, com reflexos até nossos dias, tais como o serviço militar obrigatório, a reação militar contra o positivismo e a soberania nacional.

Ardoroso defensor da reformulação dos processos de instrução então vigorantes, Torres Homem tece acerbas críticas aos instrutores das escolas militares que, à época, até ousaram criticar o nosso Marquês de Caxias em vista de sua audaciosa manobra na execução da marcha de flanco, ao desbordar a posição do Piquisiri, quando da Guerra do Paraguai. Assinalou o autor: “Por isso causou o maior assombro e reprovação a célebre manobra da marcha de flanco, por um caminho mandado estivar, através do Chaco, para contornar as posições paraguaias em Piquisiri.”

E continuavam sendo pregadas na Escola Militar da Praia Vermelha, antes de seu fechamento em face da Revolta da Vacina Obrigatória, as idéias pacifistas e agnósticas do positivismo, com o visio de serem formados oficiais bacharéis em Ciências Físicas e Naturais e Matemática, que faziam questão de ser chamados de *doutores*, em vez de alferes, tenentes ou capitães, como que se pejassem de seus postos na hierarquia militar. Para bem caracterizar esse quadro dramático, vivido e descrito por nosso Patrono, vejamos o depoimento do líder federalista Senador Gaspar Silveira Martins, que, da tribuna do Senado, sistematicamente, condenava o bacharelismo militar:

“Em vez, porém, da têmpera forte que convém dar ao Exército, o que se vê em nossas Escolas Militares?

“A mocidade, imbuída das doutrinas de Augusto Comte e Laffite e professando uma Religião da Humanidade que visa ao cosmopolitismo. Pode ser que sejam boas tais doutrinas, mas não para o soldado, que antes de

tudo é feito para empunhar armas em defesa da pátria. Alguns diretores dessas Escolas chamam, filosoficamente, aos grandes Generais de assassinos dos povos. Singular maneira, aliás, de encarar a questão em uma Escola de Soldados...”

Na obra em comento, Torres Homem defende com vigor a obrigatoriedade do serviço militar, verberando o sistema adotado, que era o do voluntariado ou dos engajamentos. A respeito do voluntariado, observava: “Afora não fornecer senão um pessoal pouco recomendável, na maioria dos casos, por isso mesmo que essa gente só quer ou pode viver nas fileiras, não basta para o preenchimento dos claros”, arrematando, ironicamente: “a todos deve impressionar a linguagem dos ingleses, quando dizem que nos países da Europa, onde existe o serviço obrigatório, os soldados só defendem as mulheres e crianças, enquanto nas Ilhas Britânicas eles têm que defender também os homens que estão isentos do serviço militar!”

Ao final do trabalho, que ora apreciamos de escantilhão, o Coronel Torres Homem, com aguçada visão prospectiva, alertava para os riscos da perda da soberania, soberania esta que é um de nossos objetivos nacionais permanentes. Sentenciava ele que sem Exército forte, bem organizado e imbuído do mais lídimo patriotismo, qualquer nação sucumbe “à arrogância e prepotência dos mais fortes”, como ocorreu até com os grandes impérios, quando os Exércitos se transformaram em tropas de mercenários, pois, como bem frisou, “eles nada mais desejavam do que a satisfação de seus mesquinhos interesses”.

Urge que meditemos sobre essas sábias advertências, sabedores de que, hodiernamente, são desfraldados, pelas nações hegemônicas, argumentos que entram em

frontal testilha com os preceitos da Constituição Federal, que, em seu Art 4º, estabeleceu dez princípios para o nosso relacionamento com os demais países, entre os quais constam o da independência nacional, o da autodeterminação dos povos, o da não-intervenção e o da igualdade entre os Estados.

Recentemente, no entanto, surgiram determinadas expressões como *soberania limitada, restrita, relativa, compartilhada, dever ou direito de ingerência* etc., cunhadas por notáveis personalidades, expressões essas que se tornaram usuais, mas que vêm trazendo danosos prejuízos para os países mais fracos, como se o Direito não os pudesse tutelar. Em decorrência dessas esdrúxulas e inaceitáveis invencionices, que conflitam com as Cartas da ONU e da OEA e as Convenções de Haia, Genebra etc., o velho e imutável princípio jurídico *pacta sunt servanda* (os tratados devem ser respeitados) não vem sendo cumprido, mormente nesta fase de globalização, quando surgiu uma *nova ordem mundial*, expressão criada pelo ex-presidente dos EUA, George Bush. E mais: o princípio da soberania nacional, caracterizada esta por ser “una, indivisível, inalienável e imprescritível”, como nos ensina Mestre Clóvis Beviláqua, passou a ser letra morta, pela canhestra interpretação dos atuais donos do mundo.

Destarte, entre outros, podemos citar, na atualidade, os seguintes atentados e ameaças à soberania de Estados independentes e membros da ONU:

- a decisão da Suprema Corte de Justiça dos EUA, do dia 15 de junho de 1992, que ficou conhecida como *doutrina Thornburg* – que era o Procurador Geral norte-americano –, autorizando o poder executivo, as

Forças Armadas e a polícia daquele país a prender qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, para julgá-lo nos tribunais norte-americanos. Por força desse ucasse, foi unilateralmente decretado e legalizado o seqüestro internacional;

- proposta apresentada em 1993, pelo ex-Secretário de Defesa dos EUA e ex-Presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, no sentido de que os países do Terceiro Mundo reduzissem em até dois terços os seus efetivos militares e revertessem esses recursos em programas sociais e de proteção ao meio-ambiente. O terço restante se destinaria à defesa interna, ao combate ao narcotráfico e ao crime organizado. E ainda: a defesa externa desses países passaria a ser encargo da ONU, por meio de Forças Multinacionais;

- sugestão do então Secretário de Defesa dos EUA, Richard (Dick) Cheney, levada à deliberação da XIX Conferência dos Exércitos Americanos, ocorrida nos anos de 1990 e 1991, em Washington, para que as Forças Armadas da América Latina se engajem no combate ao tráfico de drogas, reduzam os seus efetivos, limitem seus armamentos às necessidades de autodefesa, obedeçam aos mecanismos de controle de tecnologias para a fabricação de mísseis balísticos e renunciem a toda tecnologia para a fabricação de artefatos nucleares.

Ao lermos Torres Homem em *A Reorganização Militar do Brasil*, depreendemos que essa triste e deprimente situação de imperialismo é questão, para nós, americanos, de *lana caprina*. Tanto que ele assim dizia: “O imperialismo não exprime uma ambição que haja medrado apenas no solo do Velho Mundo; as suas sementes têm brotado admiravelmente sobre o Novo Conti-



nente, como se pode citar em exemplos bem conhecidos. A grande República Norte-Americana despojou o México da maior parte de seu território, impôs o seu protetorado à ilha de Cuba, anexou ao seu pavilhão estrelado outras ilhas do mesmo arquipélago das Antilhas, e, fazendo vogar sobre a vastidão do Pacífico a sua soberania, já envolveu com esta as ilhas Havaí, as Filipinas e outras menores.”

Hoje, em nome da chamada *nova ordem internacional*, procura-se diversificar o entendimento de soberania, ao sabor das conveniências das lideranças mundiais pós-Guerra Fria, sendo ela, repita-se, una, indivisível, inalienável e imprescritível. E de maior gravidade, ainda, é o nefasto e perverso colonialismo (ou satelitismo) cultural que tentam nos impingir, com vistas especiais para a mocidade, e que tão somente enaltece o que é estrangeiro e deprecia o que é nosso.

O Brasil não pode se descurar da preservação de suas prístimas tradições, de seus valores paradigmáticos e imperecíveis, de seu legado histórico, de sua memória, de seus símbolos, de suas reminiscências, de sua identidade, do orgulho nacional, de sua alma, enfim.

É que este país-continente, por seus filhos e sua gesta, não merece a canga de um destino mesquinho para o seu tamanho...

Eram essas as considerações, de suma relevância, que deixamos à douta e lúcida apreciação dos confrades desta Casa, as quais retratam os pensamentos de nosso ilustre Patrono, que procuramos, de forma imperfeita e sucinta, lembrar.

Nas funções de General, Torres Homem foi chefe do Departamento dos Serviços Auxiliares da Repartição do Estado-Maior do Exército, Inspetor das 5<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> Regiões

Militares, além de Comandante da 3<sup>a</sup> Brigada Estratégica.

Reformado em 1<sup>o</sup> de maio de 1914, após 45 anos, 7 meses e 10 dias de inestimáveis serviços prestados ao glorioso e invicto Exército Brasileiro, o General Torres Homem fecha definitivamente os olhos, aos 68 anos de idade, na Rua Humaitá, 67, nesta cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de fevereiro de 1920.

Desapareceu o homem, mas permaneceu o labor de uma obra, de robusto conteúdo cívico-militar, edificada na renúncia e no sacrifício de toda uma profícua existência, pobre em bens materiais, mas riquíssima em ensinamentos, exemplos, lições de vida e acrisolado sentimento de brasilidade!

*Ecce homo!*

Aquele excepcional militar, alto, magro, carrancudo, indiferente em seu caminhar ao que se passava em torno dele, foi, podemos convictamente afirmar, um verdadeiro patriota que honrou e amou o seu Exército e a Pátria brasileira.

Por derradeiro, reiterando os meus agradecimentos a todos os que, aqui e agora, me prestigiam com as suas presenças, prometo não deslustrar as tradições desta Instituição, que tanto tem feito para a perpetuação da memória e dos mais caros ideais de nossas Forças Armadas.

E com a responsabilidade de sócio efetivo deste Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, honorificência que me foi conferida, mercê do coração magnânimo, generoso, de seus consócios, desejo concluir concitando a todos, nesta difícil quadra da vida nacional, a que mantenham, como prioridade de número primo, o ânimo varonil, embasado na força do civismo e na preservação e culto dos tradicionais valores do glorioso pretérito, que fizeram e fazem a

grandeza de nosso querido e abençoado Brasil!

Sim, posto que todos necessitamos, desde sempre, e não apenas só e enquanto a nossa pátria estiver em grandes dificuldades, de um ideal, de um farol, de uma bandeira, de um fanal!

Pois quando um povo entra a esquecer, nos prazeres fugacíssimos da vida, dos vultos

mais salientes, dos feitos marcantes de sua história-pátria, daqueles que mais se sublimam pelo saber, pelo heroísmo, pela santidade ou pelo martírio, ninguém deve maravilhar-se de vê-lo, um dia, desagregado, desmoralizado, desacreditado e, ainda por maior desdita, escravizado pelos outros povos. É a lição triste da História, a mestra da vida, a mãe da tradição.



*Os homens que tentam fazer algo e fracassam  
são infinitamente melhores do que aqueles  
que nada arriscam e são vitoriosos.*

Lloyd James

*Os olhos das pessoas são os olhos que nos destroem.  
Se todos fossem cegos exceto eu mesmo, eu não desejaria  
roupas requintadas, casas requintadas  
nem mobília requintada.*

Benjamin Franklin

*Nunca fui capaz de conceber que um ser racional  
pudesse aspirar à felicidade através do exercício do poder  
sobre as pessoas.*

Thomas Jefferson